

**FACULDADE LABORO  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

**JACKSIANE SILVEIRA MENDONÇA RAMOS**

**UM ESTUDO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
revisão de literatura**

São Luís  
2018

**JACKSIANE SILVEIRA MENDONÇA RAMOS**

**UM ESTUDO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:  
revisão de literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de especialista.

Orientador(a): Prof. (a). Ma. Leonor Viana de Oliveira  
Ribeiro

São Luís  
2018

Ramos, Jacksiane Silveira Mendonça

Um estudo sobre adaptação curricular na educação inclusiva: revisão de literatura / Jacksiane Silveira Mendonça Ramos -. São Luís, 2018.

Impresso por computador (fotocópia)

18 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior) Faculdade LABORO. -. 2018.

Orientadora: Profa. Ma. Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

1. Currículo. 2. Educação Inclusiva. 3. Adaptação Curricular. I. Título.

CDU: 376.043.2

**JACKSIANE SILVEIRA MENDONÇA RAMOS**

**UM ESTUDO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:**  
revisão de literatura

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, da Faculdade Laboro, para obtenção do título de especialista.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Ma. Leonor Viana de Oliveira Ribeiro  
Faculdade Laboro – São Luís

---

1º Examinador

---

2º Examinador

# **UM ESTUDO SOBRE ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:** revisão de literatura

JACKSIANE SILVEIRA MENDONÇA RAMOS<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O Presente estudo tem como objetivo discutir a adaptação curricular na educação inclusiva, no que concerne ao atendimento às necessidades educacionais considerando a elaboração do projeto político pedagógico, o desenvolvimento da prática pedagógica, do currículo e da avaliação, de forma a favorecer ao aluno o acesso ao conhecimento e seu uso funcional, na administração de sua própria vida, e no processo de transformação da sociedade. A pesquisa caracteriza-se por um estudo bibliográfico, explorando livros, trabalhos científicos, periódicos, legislações, portarias e meios eletrônicos. A adaptação curricular na educação inclusiva deve ocorrer de forma a eliminar as barreiras estruturais, organizacionais e metodológicas, realimentar seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos e suas práticas avaliativas, assim como a redução das barreiras atitudinais e conceituais, sendo pré-requisitos para que todos os alunos possam frequentar a escola regular com autonomia, participar das atividades propostas e assim, sejam incluídos na escola por intermédio de diferentes práticas pedagógicas baseadas nas concepções de um currículo comum, o que não significa enfraquecer o currículo escolar, mas sobretudo avaliar e diferenciar as alternativas viáveis a um desenho curricular que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social de todos os alunos.

**Palavras chave:** Currículo. Educação Inclusiva. Adaptação Curricular

**A STUDY ON CURRICULAR ADAPTATION IN INCLUSIVE EDUCATION:** literature review

## **ABSTRACT**

The present study aims to discuss the curricular adaptation in inclusive education, in what concerns the attendance to educational needs considering the elaboration of the pedagogical political project, the development of the pedagogical practice, the curriculum and the evaluation, in order to favor the student access to knowledge and its functional use, in the administration of its own life, and in the process of transformation of society. The research is characterized by a bibliographic study, exploring books, scientific works, periodicals, legislations, ordinances and electronic means. Curricular adaptation in inclusive education must take place in order to eliminate structural, organizational and methodological barriers, to refocus its political pedagogical project, its didactic resources and its evaluation practices, as well as the reduction of attitudinal and conceptual barriers, being prerequisites for all students can attend regular school with autonomy, participate in the proposed activities and thus be included in the school through different pedagogical practices based on the

---

<sup>1</sup> Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior, 2018.

conceptions of a common curriculum, which does not mean to weaken the school curriculum, but above all to evaluate and to differentiate viable alternatives to a curricular design that favors the development and social inclusion of all students.

**Keywords:** Curricular Adaptation. Curriculum. Inclusive education.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a primeira década do século passado, a sociedade brasileira tem colocado em discussão as políticas inclusivas de valorização da diversidade e dos direitos humanos, na medida em que esperamos que as situações de exclusão vivenciadas dentro da escola, sejam substituídas por novas práticas inclusivas.

Hoje, a luta é pela construção de uma sociedade inclusiva que tem como princípio, uma escola para todos a fim de incluir os ditos diferentes que historicamente estiveram à margem do processo educativo, quer seja pelas diferenças de gênero, de condição socioeconômica, talento ou deficiência. Sabemos que este é um interesse, mas que tudo isto representa um grande desafio à escola e à sociedade.

Este estudo teve por objetivo discutir a adaptação curricular na educação inclusiva, no que concerne o atendimento às necessidades educacionais considerando a elaboração do projeto político pedagógico, o desenvolvimento da prática pedagógica, do currículo e da avaliação, de forma a favorecer ao aluno o acesso ao conhecimento e seu uso funcional, na administração de sua própria vida, e no processo de transformação da sociedade.

A metodologia desse trabalho caracteriza-se por um estudo bibliográfico, em que utilizou-se livros, periódicos, legislações, portarias e meios eletrônicos, para o embasamento necessário acerca da temática. Nesse sentido, para o desenvolvimento deste estudo, na primeira seção foi apresentado A Educação inclusiva e a segunda seção apresenta Adaptação Curricular: aspectos relevantes na Educação inclusiva.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O fenômeno da educação inclusiva é enfatizado no mundo como fruto das manifestações e reivindicações expressas na Declaração Universal dos Direitos

Humanos (1948). Quanto aos documentos internacionais que destacam a educação inclusiva, temos entre outros a Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jomtien, Tailândia (1990) que orienta para a igualdade de acesso à educação as pessoas com deficiência, reconhecendo o direito destas de serem integrantes do sistema educativo.

Segundo Carvalho e Raposo (2005, p. 140):

A inclusão social das pessoas com deficiência, como processo culturalmente construído e historicamente situado, ganhou expressão nos últimos quarenta anos, inspirando-se na luta pelos direitos humanos, cuja culminância marcou a década de 60. A inclusão escolar, como parte e fruto tardio desse movimento social mais amplo, foi enfatizada na última década, tendo como marco histórico a Declaração de Salamanca, resultado do encontro de organismos internacionais e dirigentes de dezenas de países, em 1994.

A Declaração de Salamanca, produzida durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, promovida pelo Governo da Espanha e pela UNESCO, em 1994, sendo considerada, o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da educação inclusiva, dando origem ao documento do projeto de escola inclusiva.

No contexto mundial, o princípio da inclusão passa então a ser defendido, pois representa a luta em prol da educação para todos, e reconhece a igualdade de valores e direitos humanos, inserindo respostas educativas que a escola pode oferecer.

No Brasil, a Declaração de Salamanca teve um significado especial, conforme cita Facion (2008, p. 57):

Trouxe um novo enfoque sobre o sistema educacional, ocasionando uma atualização no ordenamento jurídico brasileiro por meio de emendas que modificaram o texto constitucional e possibilitaram inserções importantes na política educativa e que constam na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (1996), no Plano Nacional de Educação (2001) e nas suas diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001).

A Constituição Federal de 1988 adotou o princípio de igualdade, como foi idealizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – trata-se do reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos, assegura igualdade de condições de acesso e permanência no sistema educacional para todos.

O Art.5º da Constituição Federal de 1988 e seus 78 incisos, fundamento do ordenamento jurídico brasileiro, legitima a busca por uma sociedade igualitária. No documento citado todos os cidadãos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A Constituição dispõe sobre os direitos, a educação e define como dever do Estado e da família garantir aos cidadãos brasileiros o ensino a que faz jus. No Art. 205 do documento, a educação tida como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) têm como finalidade a garantia do direito de todos ao ensino, inclusive aos alunos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) indica o papel das escolas e classes especiais como o de “redimensionar as classes especiais e criar salas de recursos de forma a favorecer e apoiar a inclusão em classes comuns”, bem como, a integração entre professores da educação especial e da educação regular como uma das ações necessárias para efetiva educação inclusiva.

Contudo, dezessete anos após a Declaração de Salamanca que anuncia um novo norte para escola, no sentido de repensar e planejar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular temos, ainda, que buscar formas para igualar as oportunidades para todos tanto no ambiente escolar como na sociedade. A escola como espaço de cidadania, com política, cultura e práticas de ensino que contemple a diversidade dos alunos, tem caminhando lentamente. Tal revolução viria atender aos anseios da comunidade escolar; com ela, os alunos terão melhores condições de aprender; sobretudo, não serão excluídos. A pedagogia inclusiva propõe novos caminhos, como se observa a seguir, de acordo com Ferreira e Martins (2007, p.87):

o processo de mudança da pedagogia tradicional (leitura, cópia, exercícios no caderno ou no livro etc.) para uma pedagogia inclusiva, pouco a pouco, transforma o(a) docente em pesquisador(a) de sua prática pedagógica, pois



a nova dinâmica de ensino faz com que adquira habilidades para refletir sobre sua docência e aperfeiçoá-la continuamente. O docente aprende a reconhecer o valor e a importância do trabalho colaborativo e da troca de experiências com seus colegas professor(a)s, os quais podem contribuir de forma sistemática sobre as novas formas de ensinar, de lidar com “velhos” problemas e de se desenvolver profissionalmente”.

A inclusão escolar ou educação inclusiva como uma mudança de paradigmas – implica em um novo projeto pedagógico ou o aprimoramento das ações quanto: a aprendizagem dos alunos; a relação entre alunos e professores; a formação dos profissionais da escola em serviço; trabalhar com a diversidade; promover o apoio colaborativo e curricular; gestores adotarem a postura de liderança compartilhada; criar condições para que o aluno seja sujeito do processo de aprendizagem; motivar sentimentos de comunidade; perceber a sala de aula como comunidade social de aprendizagem.

Segundo Sasaki (1997, p.17), o movimento da educação inclusiva tem por objetivo a construção de uma nova sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios, dentre os quais se destacam a “[...] celebração das diferenças, o direito de pertencer, a valorização da diversidade humana, a solidariedade humanitária, a igual importância das minorias e a cidadania com qualidade de vida”.

Baseado no preceito de que cada indivíduo, com sua singularidade, devem usufruir o bem comum, intensifica-se, na sociedade atual, a discussão em torno do novo conceito - a inclusão, considerando a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos.

Viver a igualdade na diferença parece ser o novo paradigma na concepção de Ferreira (2005, p. 107-108):

A Educação inclusiva, democrática e para todos é um novo paradigma, portanto são novas concepções, desafios, responsabilidades. As novas práticas visam acolher a diversidade e contribuir para a aprendizagem de todos. Essa mudança de paradigma tem como propósito superar práticas tradicionais de ensino como, por exemplo, as turmas homogêneas, os conceitos de aluno ideal; para construir uma nova realidade – a escola que valoriza a diversidade e mobiliza esforços para que todos tenham oportunidade de aprender.

Assim, a função da escola a partir da perspectiva inclusiva é preparar-se para atender à diversidade de seus alunos e para concretizar as ações educativas. Nessa perspectiva, cabe à escola reorganizar-se a partir do seu grupo de trabalho,

da sua comunidade, do seu contexto e firmar uma política e cultura que possam subsidiar a inclusão de todos os alunos, e também desenvolver práticas de ensino relacionadas com as mudanças que se aliam aos propósitos da inclusão.

### **3 ADAPTAÇÃO CURRICULAR: aspectos relevantes na Educação inclusiva**

A realidade do contexto escolar é que a formação dos professores seria suficiente para o trabalho de inclusão diante do processo de transformação. Entretanto, com relevância do processo de construção de escolas inclusivas, surgiu a justificativa para que a escola se ajuste, acatando as deficiências de uma sociedade matizada. Entretanto, se faz necessário uma escola com gestão participativa que atua de forma igualitária em suas ações e que dirige a inclusão como uma responsabilidade de todos os membros da escola e não apenas da direção e dos professores. Após as pessoas tomarem consciência dos processos inclusivos, busca transformações tanto na estrutura física, quanto no aperfeiçoamento de uma proposta pedagógica centrada no aluno, capaz de educar a todos sem distinção.

A proposta inclusiva objetiva que a escola seja espaço de aprendizagem para todos os alunos; portanto, é necessário acolher as diferenças e vivenciar novas experiências em sala de aula, no sentido de eliminar métodos de ensino excludentes e de desenvolver projetos pedagógicos que contemplem a diversidade dos alunos.

Para tanto, há de se pensar no currículo inclusivo cujos objetivos, conteúdos, metodologias, organização didática, tempo e avaliação favoreça o atendimento as necessidades educativas especiais para que todos os alunos possam ter acesso ao conhecimento. Assim, o preparo e qualificação apropriada de toda a equipe escolar viabiliza a efetividade do conteúdo, da competência didática, da visão crítica e prudência, estabelecendo uma educação inclusiva que ao mesmo tempo potencializa a administração da instituição na organização de novas orientações relacionadas às práticas pedagógicas mais modernas, e reavaliando as alternativas e transformações das práticas dos professores, dos mecanismos de avaliação e principalmente do currículo.

Para definir currículo apresenta-se o conceito clássico desenvolvido por Zabala (1992, p. 12):

[...] o conjunto de pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para as alcançar; é o conjunto dos conhecimentos, habilidades, atitudes, etc., que são consideradas importantes para serem trabalhadas na escola, ano após ano. E supostamente, é a razão de cada uma dessas opções.

Em concordância com esse autor acreditamos que o currículo seja o conjunto de ações realizadas pela escola com o intuito de oportunizar a aprendizagem dos alunos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 31):

A concepção de currículo inclui, desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação, até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. Relaciona princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação. Essas noções de projeto pedagógico da escola e de concepção curricular estão intimamente ligadas à educação para todos que se almeja conquistar. Em última instância, viabilizam a sua concretização. O projeto pedagógico tem um caráter político e cultural e reflete os interesses, as aspirações, as dúvidas e as expectativas da comunidade escolar. Devem encontrar reflexo na cultura escolar e na expressão dessa cultura, ou seja, no currículo.

O currículo orienta o que, quando e como ensinar, mas constatando que alguns alunos não logram o acompanhamento deste currículo regular por condições cognitivas, físicas ou mesmo psicológicas, foram criadas as adaptações curriculares para proporcionar a aprendizagem para todos, inclusive daqueles que não eram beneficiados pelo currículo formal.

Para Torres (1994, p.17) “todo currículo é uma opção entre as muitas possíveis. E responde e representa recursos ideológicos e culturais definidos, nos quais são priorizados determinados interesses, visões de mundo, grupos sociais etc. em detrimento de outros.”.

Tais conceitos permitem compreendermos, de fato, que as posturas adotadas na escola são fruto das concepções, isto responde à maneira de como se concebe a escola, o ensino, o aluno e as relações. É possível perceber em que tipo de educação se acredita. Conforme a UNESCO, 2004 (p. 11- 12):

A diversidade na sala de aula é o princípio fundamental das escolas inclusivas. Consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos,

através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

Assim o princípio da escola inclusiva torna-se mais extensivo dando espaço e possibilidades igualitárias a todos os educandos de todas as condições físicas, sociais. Sejam eles de diferentes gêneros, classes ou credos, etnias ou culturas, com ou sem deficiência, onde a característica e o êxito no ensino sejam iguais para todos.

Na LDB 9394/96, o artigo 59 prevê que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos, com necessidades educacionais especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Nesse sentido, é função da escola, na perspectiva da educação inclusiva, criar condições para atender às novas exigências curriculares. Conforme defende Miranda (2008, p.296):

[...] se o currículo quiser atender às novas demandas, implica estabelecer uma proposta curricular única e flexível, adaptada às necessidades e interesses de cada contexto, à atenção, à diferença dos alunos, à gestão participativa, à cultura da colaboração. Trata-se de criar um modelo de currículo que propicie não apenas um discurso e alguns conteúdos claros, mas, além disso, que esteja configurado para apostar na inovação e na esperança, aberta ao compromisso e ao respeito à singularidade de cada estudante e docente, bem como fundamentado em uma visão global e colaborativa.

Possibilitar a construção de um novo currículo torna-se condição básica para a inclusão dos alunos com necessidades especiais ou específicas, um currículo único e flexível, que permita as adaptações curriculares.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a Educação Inclusiva (1997, p. 31), “o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e deve viabilizar a operacionalização do mesmo”, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades.

As adaptações curriculares precisam considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica.

Nessa perspectiva, as “Adaptações Curriculares” torna o currículo um elemento dinâmico da educação para todos e viabiliza a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais e específicas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.33) definem:

[...] as ‘Adaptações Curriculares’ constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os alunos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno.

A expressão adaptação curricular é compreendida por Manjón (1995), como uma sequência de ações sobre o currículo escolar organizado para uma dada população, que conduzem à mobilização de um ou mais de um de seus elementos (o quê, como, quando ensinar e avaliar), uma vez que o objetivo é possibilitar o máximo de individualização didática no contexto mais normalizado possível para aqueles alunos que apresentam qualquer tipo de necessidades educacionais especiais. O que significa dizer que o currículo deve ser adaptado, tendo como ponto de partida a capacidade diversificada de cada um dos alunos.

Nesse sentido, há necessidade de se pensar o currículo como instrumento que prioriza o ensino e a aprendizagem, mas que respeita a diversidade dos alunos. Portanto, o currículo inclusivo é aberto e flexível; permite análises sob os aspectos filosófico-ideológicos, antropológicos, sociológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos; contempla aprendizagem significativa, a memória compreensiva e a funcionalidade do aprendizado; estimula o saber pensar e o aprender a aprender; incluir todos os aspectos da realidade (fatos, conceitos, procedimentos, normas, valores, aptidões); abster-se de propor apenas um método de ensino; prever um conjunto de ações de avaliação (não apenas do aluno);

Para que a inclusão escolar aconteça com coerência e coesão, há de se implementar um currículo inclusivo, com adaptações curriculares necessárias para que todos sejam assistidos e possam desenvolver suas aprendizagens. Sobre isso, Carvalho (2010, p.105) enfatiza que:

[...] não se trata de elaborar outro currículo e sim de trabalhar com o que foi adotado, fazendo nele os ajustes necessários (flexibilização nos objetivos, conteúdos, metodologias de ensino, temporalidade, e nas práticas de avaliação da aprendizagem) de modo a oferecer a todos, a verdadeira igualdade de oportunidades de construir conhecimentos.

O currículo é um dos maiores desafios da inclusão, e é por intermédio dele que o professor irá apoderar-se de ferramentas para auxiliar a aprendizagem dos alunos, adaptando o currículo conforme as dificuldades e as particularidades de cada aluno.

Para Ferreira; Martins (2007, p. 104) “os professores que diferenciam o currículo não discriminam nenhum aluno nem se limitam a ensinar somente aqueles que se encontram no nível de aprendizagem de conteúdos estabelecidos pelo currículo – o seleto grupo dos que sabem”.

É de suma importância refletir e pesquisar sobre o Currículo e as Adaptações Curriculares para as salas inclusivas, pois, faz-se necessário uma fundamentação teórica e científica que proporcione aos professores tranquilidade e segurança de como desenvolver a prática pedagógica na perspectiva inclusiva.

Constata-se que, a escola se transforma efetivamente em democrática a partir do momento que se torna inclusiva, quando proporciona atividades que fomentam a diversidade humana. Para a viabilidade desse processo de transformação, faz-se necessário a colaboração de todos os profissionais da escola na responsabilização do ensino para todos, contribuindo assim para a mudança no perfil do professor e da estruturação de um novo perfil de escola que, reconheça a diversidade de todos os indivíduos, em igualdade com o surgimento da inclusão.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa empreendida, foi possível verificar que a adaptação curricular na educação inclusiva constitui-se de possibilidades educacionais que atuam face às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Inference em fazer a adaptação do currículo regular, quando for preciso, para torná-lo adequado as particularidades e necessidades dos alunos. Não um currículo novo, mas um currículo vivo, flexível, suscetível de expansão, para que atenda de fato a todos os

alunos. E para atendê-los com qualidade, alguns aspectos da adaptação curricular na educação inclusiva precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

O aspecto político, considerando a estruturação de projetos ou programas capazes de habilitar pessoal a fim de atuar na capacitação e sensibilização de profissionais da educação para que aconteça a redução progressiva da exclusão escolar. A formação do professor para o trabalho em equipe, a compreensão sobre currículo e as prováveis adaptações curriculares adequadas às necessidades particulares dos alunos, o entendimento sobre o conteúdo, a metodologia de ensino e as capacidades de reflexão sobre as ações executadas em sala de aula. A promoção de ações na escola e na comunidade para que todos tenham a responsabilidade em promover a inclusão dos alunos, assim como a participação dos familiares que é essencial para o cumprimento dos princípios inclusivos, pois a utilização dessa conduta deve ser de toda a comunidade escolar.

O aspecto educacional, tendo em vista a competência e habilidade em planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos no contexto da escola regular, verificando a necessidade de realizar adequações no currículo para o atendimento dos alunos e recomendar conteúdos curriculares de cunho mais prático, atendendo as suas características individuais, de forma a abranger atividades relacionadas ao desenvolvimento de capacidades básicas; a compreensão de si; as responsabilidades próprias e da vida diária; ao exercício da autonomia e ao relacionamento entre as pessoas, dentre outras habilidades acompanhadas de uma avaliação pedagógica que seja criteriosa e responsável, bem como da eficiência dos mecanismos pedagógicos empregados na educação dos alunos.

E o aspecto pedagógico atendendo ao uso de estratégias de ensino que proporcione a inclusão e pertinência ao papel do professor, por executar seu trabalho auxiliando de maneira interativa e bem estabelecida do ponto de vista de sua função, competência e coordenação. Neste aspecto as ações e estratégias de ensino são organizados e realizados considerando o nível de compreensão e a motivação dos alunos, possibilitando a prática flexível e a efetivação de currículos adaptados, a atuação, o incentivo e a autonomia que visam a tornar possível a real participação do aluno e a sua aprendizagem efetiva no universo da escola regular.

Conclui-se, portanto, que esta pesquisa foi de grande relevância para nossa formação e atuação profissional. Contudo, vale destacar que ainda faz-se

necessário muitos estudos nessa área, sendo interessante pensar ainda mais na formação de professores, com o intuito de contribuir para uma prática pedagógica segura e apropriada às dificuldades de cada aluno, favorecendo o desenvolvimento da aprendizagem e a efetivação de uma educação inclusiva para todos.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de. et al. **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 26 maio. 2018.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar, 2006**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>>. Acesso em: 26 maio. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.048, de 08 de novembro de 2000**.



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares /** Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC SEF/SEESP, 1998.

CARVALHO, E. N. S.; RAPOSO, P. N. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: MEC/SEESP, 2005

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Ferreira, J. R. (2005). **Políticas públicas e a universidade: uma avaliação dos 10 anos da Declaração de Salamanca.** In S. Omote (Org.), *Inclusão: intenção e realidade.* Marília, SP: Fundepe.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996.

GONZÁLEZ MANJÓN, D. **Adaptaciones curriculares: guía para su elaboración.** Granada: Aljibe, 1995.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. **Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva.** In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. *Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos.* EDUFRRN. Natal, 2008. ISBN 978.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca: Unesco, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2018

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien: Unesco, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 26 maio. 2018

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos.** 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

TORRES, S.R. 1994. **Ouvir/Falar**: Um exercício necessário na interação de docentes e não-docentes. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUCSP, 227 p.

ZABALZA, Miguel A. **Do currículo ao projeto de escola**. In. Canário R. (org) Inovação e projeto educativoda escola. Lisboa. Educa, 1992.